

OS RESULTADOS DE 9 MESES DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE PAULO MACEDO NA CGD E O PROTESTO DOS TRABALHADORES DA CGD

NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2017 OS DELEGADOS SINDICAIS DOS TRABALHADORES DA CGD (STEC) VÃO-SE CONCENTRAR JUNTO A SEDE DA CGD EM AÇÃO DE PROTESTO. Como consta do “site” do sindicato dos trabalhadores da CGD, o Conselho Nacional do STEC reunido em 24.11.2017 para analisar a situação que os Trabalhadores vivem nos locais de trabalho aprovou, por unanimidade, a convocação para o dia 6 de dezembro, de uma reunião nacional de delegados sindicais, que culmine com uma concentração junto à Sede da CGD, dando visibilidade e voz, ao protesto dos trabalhadores da CGD e das Empresas do Grupo. **Este estudo tem como objetivo contribuir para uma melhor compreensão da situação da CGD e da gestão da administração de Paulo Macedo e, conseqüentemente, também das razões do descontentamento dos trabalhadores da CGD.**

Este estudo abrange o período após a entrada em funções da atual administração da CGD de Paulo Macedo e foi realizado com base apenas em **informação pública divulgada pelo Conselho de Administração da CGD** (*relatórios e contas e apresentação pública de contas pelo CA da CGD*). Embora o período ainda seja reduzido (9 meses), no entanto a sua análise é importante para avaliar os primeiros resultados da gestão de administração de Paulo Macedo, ou seja, para saber se se verificam indícios de recuperação ou, pelo menos, de inversão das tendências negativas que existiam na CGD e, conseqüentemente, também para compreender as razões que levam à concentração dos delegados sindicais junto à sede da CGD no próximo dia 6.12. 2017. Mas antes de fazer tal análise vamos referir o que se passa na CGD a nível dos direitos dos trabalhadores.

O DESRESPEITO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E AS AMEAÇAS QUANDO ERA NECESSÁRIO A SUA MOBILIZAÇÃO E ENVOLVIMENTO PARA RECUPERAR A CGD

A dificuldade revelada pela atual administração da CGD para aumentar o negócio bancário e inverter as tendências negativas que se verificavam nele, que se vai mostrar na análise que a seguir será feita, está levar a atitudes que só podem ser interpretadas como desespero traduzida em factos denunciados pelo STEC, num comunicado aos trabalhadores da CGD, distribuído em já em Novembro de 2017, com o título “ **ASSÉDIO E TERRORISMO SOCIAL NA CGD**” do qual transcrevemos as seguintes passagens que são inaceitáveis numa instituição financeira e, com maioria de razão, num banco público,: **”Todos, mas todos, têm de vender seguros e crédito de habitação quem o não fizer vai para a rua”; “Sabem qual é a conclusão de tudo isto? O vosso emprego pode acabar de um momento para o outro”; etc. , etc.. .**

A isto há a juntar a ameaça feita pelo representante da CGD, numa reunião no Ministério do Trabalho solicitada pelo sindicato face à recusa da administração em negociar o Acordo de Empresa que a anterior administração já se tinha comprometido a fazer, de que **iria pedir a caducidade do AE em vigor** (*os salários dos trabalhadores da CGD como da Função Pública já estão congelados há vários anos, embora a administração da CGD tenha feito promoções recentemente que deve ter abrangido menos de ¼ dos trabalhadores, ficando a esmagadora maioria na mesma*). A acrescentar a tudo isto há ainda a posição da atual administração da CGD, em se recusar a considerar os anos em que as progressões na carreira dos trabalhadores da CGD estiveram congeladas, por imposição do governo PSD/CDS e da “troika”, contrariamente ao que o governo atual aceitou para toda Administração Pública. A Administração Pública serviu para justificar cortes nos salários e congelamento de carreiras na CGD, mas agora a Administração Pública já não serve para considerar os anos em que o governo PSD/CDS e “troika” mantiveram congeladas as carreiras. Dois pesos e duas medidas na CGD.

O CRÉDITO CONCEDIDO PELA CGD CONTINUA A DIMINUIR APESAR DE SER ESSENCIAL PARA A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA, E A CGD PERDE QUOTA DE MERCADO

O **crédito tanto bruto como crédito líquido aos clientes concedido pela CGD**, essencial para a recuperação da economia e das empresas, continuou a diminuir em 2017, o que mostra que a atual administração também não está a ser capaz de parar a sua redução e, muito menos, de a inverter, apesar dos objetivos fixados pelo governo de

apoio à economia. Entre Dez.2016 e Set.2017, o crédito bruto reduziu-se em 4.205 milhões € (-6,1%), e a diminuição no crédito líquido atingiu 3.292 milhões € (-5,2%).

Também em relação aos **recursos captados aos clientes, ou seja, aos depósitos** (80% do financiamento do Ativo total da CGD é feito com depósitos dos clientes); repetindo também a nível de recursos se verificou uma quebra. Entre Dez.2016 e Set.2017, os recursos totais captados a clientes sofreu uma redução de 1.641 milhões € (-2,4%), embora se considerarmos apenas a atividade doméstica tenha registado um aumento de 557 milhões € (+1%). No entanto, entre o 2º Trim.2017 e o 3º Trim.2017, diminuiu de 54.581 milhões € para 53.741 milhões € (- 840 milhões €).

Esta queda na atividade bancária por excelência – *captação de depósitos e concessão de crédito* – ainda se torna mais preocupante porque ela está a determinar uma perda de quota de mercado e, conseqüentemente de influência, pela CGD quer a nível de crédito quer a nível de depósitos em todos os segmentos (*quadro 1, dados da CGD*).

Quadro 1 – Variação da quota de mercado de crédito e de depósitos pela CGD em 017 com a administração de Paulo Macedo

QUOTAS DE MERCADO	Nov.2016	1º Trim.2017 (Fev)	2º Trim.2017 (Maio)	3º Trim.2017 (Agosto)	Redução em % da quota de mercado com a nova administração
CREDITO					
QUOTA TOTAL	23,4%	22,0%	21,5%	21,0%	-10,3%
EMPRESAS	20,7%	19,0%	18,5%	18,0%	-13,0%
PARTICULARES	24,5%	26,0%	25,9%	23,0%	-6,1%
Habituação	28,1%			26,0%	-7,5%
Consumo	9,3%			6,0%	-35,5%
DEPÓSITOS					
QUOTA TOTAL	27,7%	28,0%	27,0%	27,0%	-2,5%
EMPRESAS	12,2%	12,0%	12,0%	12,0%	-1,6%
Particulares	31,5%	31,0%	31,0%	31,0%	-1,6%
Administração Pública	35,0%	36,0%			

FONTE: Apresentação dos resultados trimestrais - 2016 e 2017 - Administração da CGD

Entre Nov.2016 e Agosto de 2017, a CGD perdeu o correspondente a **10,3% da sua quota de mercado a nível de crédito e a 2,5% a nível de depósitos**. Excetuando talvez a Administração Pública, a CGD perdeu quota de mercado em todos os segmentos quer de crédito quer de depósitos. Isto significa que mesmo com queda de crédito e de depósitos que se tem verificado em 2017 a nível de todo o setor bancário, a perda da CGD foi maior do que a registada por outros bancos, o que revela que o problema não é apenas do contexto em que se desenvolve atualmente a atividade bancária, mas também incapacidades de gestão a nível da CGD que urge rapidamente corrigir.

A CGD continua a não disponibilizar dados sobre o crédito novo (produção nova), o que diminui a transparência das contas divulgadas. No entanto, a redução da carteira de crédito que se continua a verificar prova que o crédito novo não tem sido suficiente para compensar o crédito amortizado + crédito liquidado + *write-off* + crédito vendido.

A MELHORIA DOS RÁCIOS DE CAPITAL CONSEGUIDA ATRAVÉS DE CREDITO ABATIDO AO ATIVO E DA VENDA DE CARTEIRAS DE CREDITO E NÃO POR MEIO DA GERAÇÃO DE LUCROS

O quadro 2, com dados divulgados pelo Conselho de Administração revela uma melhoria dos rácios de capital da CGD, nos 9 meses da gestão de Paulo Macedo.

Quadro 2 – Variação de rácios importantes da CGD no período de Paulo Macedo

RACIOS DE CAPITAL	Mar.2017	Set.2017	VARIAÇÃO
CET 1	12,1%	13,0%	7,4%
Tier 1	13,0%	14,1%	8,5%
Rácio Total	14,1%	14,8%	5,0%
RWA - (Ativo ponderado pelo risco) Milhões €	55 015	52 812	-4,0%
OUTROS RACIOS IMPORTANTES	Dez.2016	Set.2017	VARIAÇÃO
Rácio de credito vencido > 90d	6,6%	7,0%	6,1%
Cobertura do crédito vencido > 90d	123,9%	104,7%	-15,5%
Rácio de crédito em risco	10,5%	9,6%	-8,6%
Cobertura do crédito em risco por imparidades	79,0%	76,7%	-2,9%
Rácio de crédito reestruturado	9,0%	7,7%	-14,4%
Rácio de credito reestruturado não incluído no crédito em risco	4,2%	3,7%	-11,9%
Rácio de NPL - EBA	15,8%	13,3%	-15,8%
Rácio de NPE - EBA	12,1%	10,1%	-16,5%

FONTE: Relatório e Contas - 2016 e 3º Trim. 2017 - CGD

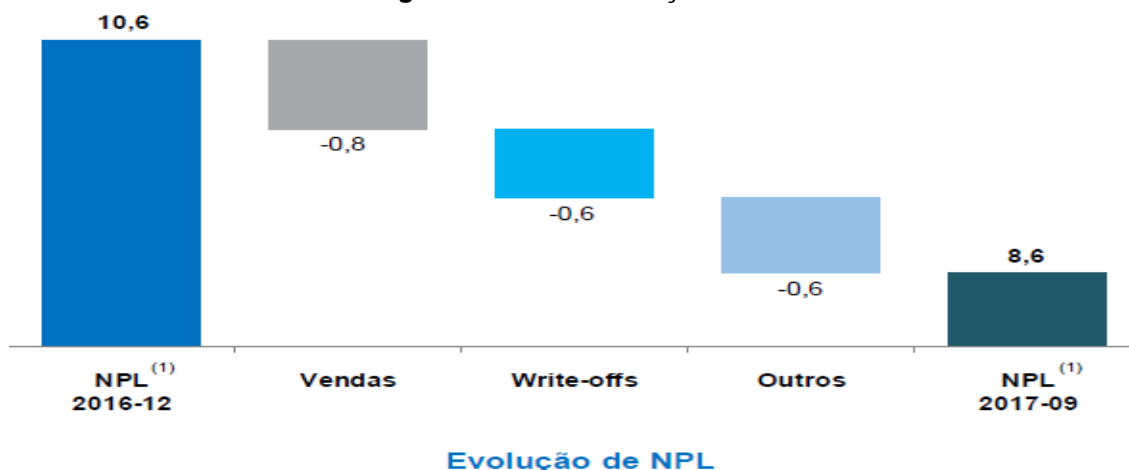
Os rácios de capital aumentaram na CGD após a recapitalização que teve lugar no 1º Trim.2017, o que é positivo. No entanto, essa melhoria não foi conseguida através da geração interna de capital (lucros), mas fundamentalmente através da redução dos RWA (*Ativo ponderado pelo risco*) que diminuiu cerca de 4% nos primeiros 9 meses de 2017. E esta redução dos RWA foi conseguida fundamentalmente por meio de mais credito abatido ao Ativo, por se considerar perdido, e de mais vendas de carteira de crédito.

E isto apesar de, em Dez.2016, a administração de António Domingues ter já abatido um enorme volume credito por ter considerado perdido (*1.993 milhões € de write-off*) e de também, na mesma data, ter constituídos enormes imparidades (2.396 milhões €).

Os restantes rácios constantes do quadro 2 registam melhorias, com exceção do rácio de credito vencido há mais de 90 dias que, entre Dez.2016 e Set.2017, aumentou de 6,6% para 7%, o que é estranho atendendo ao elevado credito abatido ao Ativo e às vendas de carteiras de crédito.

Os créditos de baixa ou nula rentabilidade (NPL) diminuíram na CGD durante os 9 meses de gestão de Paulo Macedo o que é, à primeira vista, positivo. No entanto esta redução verificada entre Dez.2016 e Set.2017 resultou da venda da carteira de credito a preços muito inferiores ao seu valor nominal e de mais *write-off*, ou seja de créditos que se consideraram perdidos, como prova o gráfico 1 retirado da apresentação pública dos resultados do 3º Trimestre da CGD pela administração de Paulo Macedo.

Gráfico 1 – Variação dos NPL (créditos cuja rentabilidade é reduzida ou nula) nos 9 meses de 2017 de gestão da administração de Paulo Macedo



Entre Dez.2016 e Set.2017 os NPL diminuíram 2 pontos percentuais, o que corresponde a cerca de 1.370 milhões €, sendo 548 milhões € de vendas de carteiras de crédito; 411 milhões € foram créditos abatidos ao Ativo (*Write-offs*) por se considerarem perdidos, e 411 milhões € por desaparecerem por “Outras” razões. Como estes valores são deduzidos ao Ativo, e como o denominador da fração que é utilizada no cálculo dos rácios de capital diminui por esta razão, mantendo-se o numerador, o rácio aumenta automaticamente. É esta razão da subida dos rácios de capital no período compreendido entre Mar.2017 e Set.2017 com a administração de Paulo Macedo.

A REDUÇÃO DO RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DO NEGÓCIO BANCÁRIO E NÃO DO SEU AUMENTO, E O EXCESSO DE LIQUIDEZ NÃO APROVEITADA

O reduzido “**rácio de transformação**” (*crédito líquido concedido a dividir pelos depósitos*) que é, como se sabe, também um indicador importante da qualidade (eficiência) da gestão, apresenta, no 3º Trimestre de 2017, o valor de 87,6%, o que mostra que a CGD por cada 1€ de depósitos que obtém só consegue conceder crédito no valor de 0,876€, o que determina uma elevada liquidez. Entre Dez.2016 e Set.2017, o rácio de liquidez (LCR) aumentou 177,5% para 204,2% (*o BdP exige atualmente 80% e, em 2018, 100%*) – o que reforça a conclusão de que existe uma elevada capacidade de concessão de crédito que não está a ser aproveitada, apesar de ser vital para a recuperação das empresas.

A REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS À CUSTA FUNDAMENTALMENTE DO FECHO DE BALCÕES E DA REDUÇÃO DE TRABALHADORES

Os “**Custos operacionais**”, que incluem as despesas com pessoal, os gastos gerais administrativos e as amortizações, atingiram, nos primeiros 9 meses de 2017, 1.119,2 milhões €, ou seja, mais 21,3% (196,2M€) do que em idêntico período de 2016. Este aumento significativo deve-se aos custos de reestruturação (*provisionamento para despedimentos e pré-reformas de trabalhadores*) que somaram 272,5 milhões €- *pág. 5*), portanto custos não repetíveis que deduzidos no total fazem baixar este para 846,2 milhões €, ou seja, menos 8,3% do que total de custos operacionais dos primeiros 9 meses de 2016;

Entre Dez.2016 e Set.2017, o **número de agências** a nível do grupo diminuiu de 1.211 para 1.145 (- 66) e, em Portugal, o seu número reduziu-se de 717 para 588 (- 129), e o **número de trabalhadores** em Portugal foi reduzido de 8.113 para 7.867 (- 246). Esta evolução está a reduzir a dimensão da CGD e, conseqüentemente, a sua importância e influência a nível do setor bancário apesar dos desmentidos oficiais.

O AUMENTO DA MARGEM FINANCEIRA CONSEGUIDA FUNDAMENTALMENTE À CUSTA DOS DEPOSITANTES E NÃO POR MEIO DO AUMENTO DO CRÉDITO

A “**Margem financeira**”, um rúbrica importante da atividade “core” de qualquer instituição bancária, nos primeiros 9 meses de 2017 atingiu 982,6 milhões €, ou seja, +17,9% (+149,3M€) do que em idêntico período de 2016, o que é positivo. No entanto, se se fizer uma análise mais fina para se saber como este aumento foi conseguido conclui-se que a situação merece também uma grande atenção.

E isto porque a subida na Margem Financeira não foi conseguida através de um aumento dos proveitos do crédito concedido, pois os “juros e rendimentos similares” até diminuíram em 7,2% (-143,3M€), mas sim à custa de uma redução muito grande no custo do “funding” em 25,4% (-292,6M€) resultante da redução dos juros dos depósitos e do montante deste, e também da eliminação dos CoCs que foram transformados em capital; em resumo, não resultou do aumento do negócio bancário mas sim fundamentalmente da redução significativa da remuneração (juros) dos depósitos pagos aos clientes pelos bancos, sendo já rentabilidade dos depósitos negativa se se entrar em conta com a inflação o que não deixa de ser preocupante, pois este meio de aumentar a margem financeira caminha para o esgotamento;

O AUMENTO DAS COMISSÕES NA CGD A PAGAR PELOS DEPOSITANTES PARA OBTER RECEITA POR FALTA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Face à incapacidade para aumentar o crédito à economia, e assim aumentar a margem financeira, a administração atual da CGD decidiu aumentar as comissões que incidem sobre os depositantes para aumentar as receitas. As “**Comissões líquidas**” atingiram, nos primeiros 9 meses de 2017, 342,2 milhões € o que representa um aumento de 2,2%

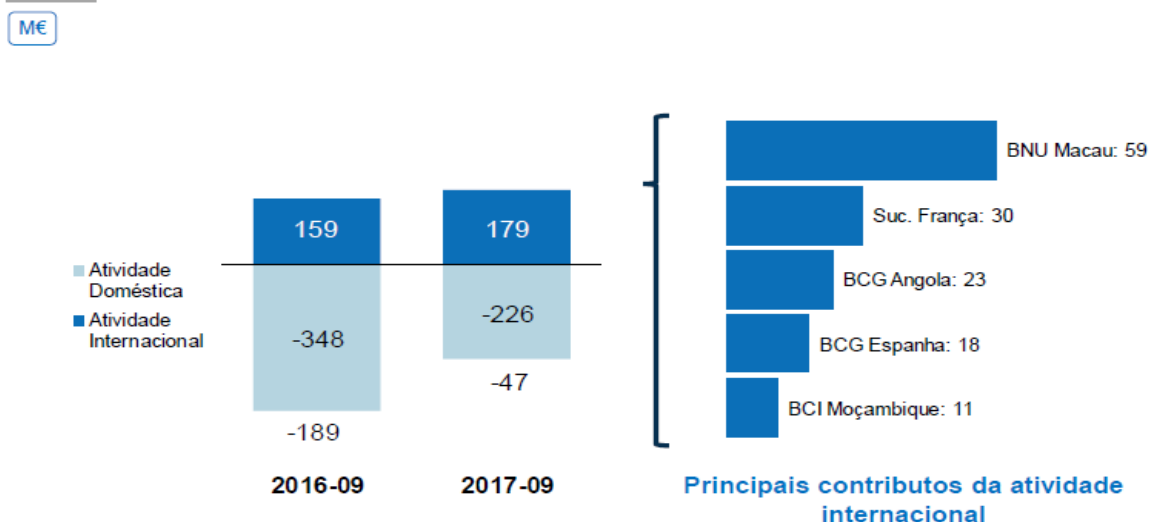
(+6,6M€), quando comparado com idêntico período de 2016. No entanto, mesmo este aumento reduzido não é conseguido por meio do aumento do negócio bancário pois este até diminuiu no período considerado. E a situação preocupante é que a administração de Paulo Macedo, como não consegue aumentar o crédito, decidiu aumentar as comissões sobre os depositantes para assim obter receita. Até criou uma comissão de 5,15€/mês, a que chamou “*comissão de manutenção da conta*”, que terá de ser paga pelo capital do cliente pois os depósitos na CGD como não dão juros ou dão juros muito próximos de zero não rendem o suficiente para pagar as comissões. É previsível que muitos clientes da CGD tirarão dela as suas poupanças e colocarão em bancos privados. Mas será esse o objetivo? Mesmo que seja apenas aumentar receitas (*e acreditamos que assim seja*) o resultado pode ser também aquele, o que certamente não beneficia a CGD.

A REDUÇÃO DOS PREJUÍZOS DA CGD À CUSTA DA ATIVIDADE INTERNACIONAL QUE SE PRETENDE VENDER PARA CUMPRIR O PLANO IMPOSTO POR BRUXELAS

O “**Resultado Líquido**” dos primeiros 9 meses de 2017 da CGD apesar de negativo (-46,8 milhões €) representa, no entanto, uma melhoria quando comparado com os dos primeiros 9 meses de 2016 que foram também negativos mas no montante de -189,3 milhões €. Esta redução foi conseguida fundamentalmente à custa dos resultados positivos obtidas pelas filiais da CGD no estrangeiro, ou seja, da atividade internacional da CGD (gráfico 2), precisamente a atividade que a Comissão Europeia e a administração de Paulo Macedo quer vender, consequência do plano de reestruturação da CGD aprovado por Bruxelas e aceite pelo governo de António Costa.

Gráfico 2- Resultado líquidos da atividade internacional da CGD

Contributos para o Resultado Líquido consolidado



O gráfico 2 divulgado pela própria da CGD mostra de uma forma clara que o resultado negativo de -47 milhões € foi conseguido fundamentalmente à custa do **resultado positivo da atividade internacional da CGD** que, nos primeiros 9 meses de 2017, atingiu +179 milhões €, pois a atividade doméstica da CGD, tal como aconteceu em idêntico período de 2016, teve novamente um resultado negativo de -226 milhões €. É evidente para a CGD a importância da sua atividade internacional

O DESAFIO QUE SE COLOCA À ADMINISTRAÇÃO DE PAULO MACEDO NA CGD

A atual administração da CGD que se considera a si própria possuidora de grande experiência bancária, e que justifica o elevado aumento das remunerações dos administradores (quadro 3) como necessário para poder ter bons gestores como os atuais, face aos resultados obtidos nos 9 primeiros meses de 2017 é importante que repense tudo aquilo que fez de mal ou que ainda não foi capaz de fazer. O desafio que tem **a atual administração é de mostrar rapidamente a qualidade e experiência bancária que diz possuir apresentando resultados positivos já no 4º Trim. 2017.**

Quadro 3- O Aumento das remunerações dos administradores da CGD a partir de 2016, enquanto as remunerações dos trabalhadores se encontram congeladas, e o atual conselho de administração se recusa a atualizá-las

CARGOS	REMUNERAÇÃO (14 meses)		
	Até 31.8.2016	Após 1.9.2016	AUMENTO
Presidente da Comissão Executiva	16 578 €	30 214 €	82,3%
Vogais executivos (remuneração média)	12 412 €	23 286 €	87,6%
Vogais não executivos	1 948 €	3 500 €	79,7%

FONTE. Relatório de gestão e contas da CGD – págs. 686 e 687 - 2016

A NECESSIDADE DO GOVERNO E DOS PARTIDOS QUE O APOIAM DE ACOMPANHAR MUITO DE PERTO A GESTÃO DA CGD E TAMBÉM OS TRABALHADORES

A CGD é um grande banco público, é o banco líder a operar no mercado português. É um banco controlado apenas por capital português, o que não acontece já com os bancos mais importantes a operar em Portugal. Até o grupo Montepio, que se orgulhava de ser português, a sua área de seguros já caiu sob o controlo de um grupo chinês, devido à gestão desastrosa da administração de Tomás Correia

Como grande banco público financiado com dinheiro dos contribuintes, e banco líder indispensável à recuperação económica e ao desenvolvimento do país é fundamental que seja defendido e bem gerido, e posto ao serviço do país e dos portugueses. E o governo e os partidos que o apoiam não se podem agora alhear deste grande objetivo nacional sob pena de não serem compreendidos pelos portugueses. Os trabalhadores também se devem preocupar com o que acontece neste e com este banco público pois ele é fundamental ao desenvolvimento do país já que os restantes grandes bancos – BPI, BCP e Totta-Credito Predial – já são controlados pelo capital estrangeiro e a fidelização aos interesses da empresa mãe, e não do país em que está, sobrepõe-se a tudo.

Finalmente, a análise feita permite já tirar mais quatro conclusões importantes que aqui se deixam para reflexão, nomeadamente da administração da CGD: (1) A recuperação da CGD só será possível através do aumento do negócio bancário, nomeadamente por meio do aumento do crédito à economia e às empresas, e isso ainda não foi conseguido pela administração de Paulo Macedo; (2) A tentativa de equilibrar a CGD fundamentalmente através da redução de custos (fecho de balcões e redução do número de trabalhadores), embora possa a curto prazo dar a ilusão de equilíbrio, só poderá agravar ainda mais a situação porque a CGD, por um lado, fica sem meios para recuperar e, por outro lado, vê reduzir-se significativamente o seu papel na economia e na sociedade portuguesa; (3) A recuperação da CGD nunca poderá ser feita sem um forte e grande envolvimento e mobilização dos seus trabalhadores, o que exige que sejam respeitados os seus direitos e considerados os seus interesses, e nunca isso será conseguido contra os trabalhadores; (4) A manutenção da atividade internacional é fundamental para a CGD, não só sob o ponto de vista estratégico como instrumento de apoio à internacionalização das empresas e às comunidades portuguesas no estrangeiro, e de presença nos PALOP's incluindo Macau, mas também como fonte importante de meios e de lucros para a CGD e para sua manutenção como principal instituição financeira portuguesa, sendo também um forte elemento estabilizador da CGD-

Eugénio Rosa
edr2@netcabo.pt
5.12.2017,